

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO

001/2026 - FMS

CONTRATANTE(S)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

OBJETO

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS REGULARMENTE CONSTITUÍDAS PARA A CONTRATAÇÃO DE MEDICOS PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS DE GINECOLOGISTA, ULTRASSONOGRAFISTA, PSIQUIATRA, PSIQUIATRA INFANTIL, ORTOPEDISTA E CARDIOLOGISTA, NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS/SE, COM O OBJETIVO DE SUPRIR A DEMANDA ASSISTENCIAL EXISTENTE E AMPLIAR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 521.617,92 (QUINHENTOS E VINTE E UM MIL SEISCENTOS E DEZESSETE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS)

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12 (DOZE) MESES



**EDITAL
CREDENCIAMENTO**

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**

SUMÁRIO

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	3
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.	5
4. DA HABILITAÇÃO	6
5. DOS RECURSOS	7
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	7
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	10
8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS	10
9. DA CONTRATAÇÃO	10
10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.	11
11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO	12
12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	12
13. DA REMUNERAÇÃO	12
14. DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO PORTAL LICITANET.COM	13
15. DISPOSIÇÕES GERAIS	14



**EDITAL
CREDENCIAMENTO**

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**

CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 - FMS

Torna-se público que o(a) **O MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS, ESTADO DE SERGIPE**, por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, sediado(a) AV. CONSTRUTOR JOÃO ANTONIO DE SANTANA 453, centro, na cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.634.081/0001-06, realizará **CREDENCIAMENTO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste procedimento é o **credenciamento de pessoas jurídicas** que estejam aptas a **prestar serviços especializados NAS ÁREAS DE GINECOLOGISTA, ULTRASSONOGRAFISTA, PSIQUIATRA, PSIQUIATRA INFANTIL, ORTOPEDISTA E CARDIOLOGISTA, NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS/SE, COM O OBJETIVO DE SUPRIR A DEMANDA ASSISTENCIAL EXISTENTE E AMPLIAR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO**, sendo estes destinados exclusivamente aos usuários do **Sistema Único de Saúde (SUS)** no Município de Simão Dias/SE.

1.1.1. Estes serviços deverão observar, rigorosamente, os procedimentos, as especificações técnicas e os valores constantes na **Tabela de Procedimentos** definida no **Termo de Referência (Anexo I)**.

1.1.2. O credenciamento se enquadra na hipótese de **inexigibilidade de licitação** fundamentada na **seleção a critério de terceiros**, conforme o Art. 3º, Inciso II, do Decreto Federal nº 11.878/2024, pois a contratação será baseada na demanda real autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde, e a escolha do prestador será efetuada mediante a **livre escolha do usuário** entre as entidades devidamente credenciadas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente cadastrados na ferramenta informatizada integrante do Sistema de “licitanet.com” (www.licitanet.com.br).

2.1.1. O credenciamento se destina à participação de pessoas jurídicas de direito privado, que estejam regularmente constituídas, exercendo atividade econômica compatível com o objeto deste Edital, a qual seja a **prestação de serviços em consultas especializadas NAS ÁREAS DE GINECOLOGISTA, ULTRASSONOGRAFISTA, PSIQUIATRA, PSIQUIATRA INFANTIL, ORTOPEDISTA E CARDIOLOGISTA, NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS/SE, COM O OBJETIVO DE SUPRIR A DEMANDA ASSISTENCIAL EXISTENTE E AMPLIAR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO**, e que atendam integralmente às exigências deste Edital e seus Anexos, em especial as normas de qualificação técnica e de Vigilância Sanitária.



EDITAL CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

2.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão participar do credenciamento:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.5. *peças jurídicas reunidas em consórcio;*

2.5.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

2.7. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.8. A vedação de que trata o item 0 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação



**EDITAL
CREDENCIAMENTO**

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**

na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

3.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no sistema “licitanet.com” (www.licitanet.com.br) e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico, o requerimento e documentos de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, com as seguintes informações:

3.1.1. Declaração de pleno conhecimento e aceitação das condições de execução dos serviços, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo I) **e de aceitação dos valores de remuneração ali definidos.**

3.1.2. **Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação e que possui capacidade para a prestação dos serviços de consultas especializadas em GINECOLOGISTA, ULTRASSONOGRAFISTA, PSIQUIATRA, PSIQUIATRA INFANTIL, ORTOPEDISTA E CARDIOLOGISTA."**

3.1.3. Declaração de ciência e compromisso de observância dos protocolos sanitários, técnicos e de biossegurança, conforme regulamentação vigente.

3.1.4. Identificação dos grupos ou itens de procedimentos listados no Termo de Referência (Anexo I) para os quais a entidade possui interesse e capacidade técnica de execução.

3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

3.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica, também, a obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de **disponibilizar toda a infraestrutura, equipamentos, materiais e profissionais habilitados necessários**, em quantidades e qualidades adequadas para a perfeita execução contratual, promovendo, sempre que requerido, sua substituição."

3.5. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:

3.5.1. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; 3.5.2. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.6. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



EDITAL CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

3.7. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

4.3. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

4.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

4.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou cópia autenticada, ou cópia simples desde que devidamente digitalizada e de fácil conferência.

4.6. O órgão credenciante terá o prazo de até **20 (vinte)** dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

4.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

4.9. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no [licitanet.com](#) e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.10. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

4.11. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio eletrônico ([licitanet.com](#)) até a conclusão da fase de habilitação.

4.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



**EDITAL
CREDENCIAMENTO**

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**

4.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e

4.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

4.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

5. DOS RECURSOS

5.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

5.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

5.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

5.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

5.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

5.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

5.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

5.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

5.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.simaodias.se.gov.br/licitacoes>

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES



EDITAL CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

- 6.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;
- 6.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital.
- 6.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;
- 6.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 6.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
- 6.1.6. fraudar o credenciamento;
- 6.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 6.1.8. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 6.1.9. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 6.1.10. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 6.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- 6.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

6.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 6.2.1. advertência;
- 6.2.2. multa;
- 6.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 6.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



EDITAL CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

- 6.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de **20 (vinte) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 6.5. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
- 6.6. Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.
- 6.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 6.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 6.11. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 6.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 6.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 6.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



EDITAL CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

6.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

7.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

7.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: (e-mail) licitacao@simaodias.se.gov.br; (sistema eletrônico) www.licitanet.com.br ou ainda por meio físico protocolando no setor de licitações e contratos situada à Rua Presidente Vargas, 129, centro, SIMÃO DIAS (SE).

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

8.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP e no Portal de Transparência do Município.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

9.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 05 (cinco) dias.

9.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o



EDITAL CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

motivo apresentado seja aceito pela administração.

9.5. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses, sendo possível sua prorrogação nos casos autorizados na Lei 14.133/2021.

9.6. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

10.1. A contratação dos habilitados neste processo de Credenciamento não seguirá uma "ordem de chamada", mas ocorrerá mediante a celebração do Termo de Contrato de Adesão com todos os interessados que, a qualquer tempo durante a vigência deste Edital, cumprirem integralmente as exigências de habilitação.

10.2. A distribuição da demanda, ou seja, a execução efetiva dos serviços, não será controlada, gerenciada ou direcionada pela Administração Municipal.

10.3. O modelo de execução do objeto, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, baseia-se no princípio da livre escolha do usuário do SUS (seleção a critério de terceiros), conforme Art. 3º, Inciso II, do Decreto Federal nº 11.878/2024.

10.4. A sistemática de execução e distribuição da demanda ocorrerá da seguinte forma:

a) A Secretaria Municipal de Saúde, ao constatar a necessidade do procedimento, emitirá a Guia de Encaminhamento ou Autorização correspondente ao paciente;

b) No ato da autorização, a Secretaria fornecerá ao paciente a relação atualizada de todos os prestadores credenciados aptos a realizar aquele procedimento, contendo informações essenciais como localização e horários de funcionamento;

c) De posse dessa autorização e da lista, o próprio paciente decidirá livremente em qual estabelecimento credenciado deseja realizar o procedimento, conforme seus critérios pessoais de confiança, proximidade, agilidade ou estrutura;

10.5. A Administração atuará exclusivamente como reguladora e fiscalizadora do sistema, garantindo que todos os credenciados cumpram os requisitos técnicos e de qualidade, mas sem interferir na alocação da demanda, que ocorre de forma dinâmica e voluntária a partir da escolha dos beneficiários.

10.6. O modelo de livre escolha visa garantir a isonomia entre os credenciados e promover a melhoria contínua do serviço, pois incentiva a excelência na execução como elemento natural de atração dos usuários.



EDITAL CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

11.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 30 (trinta dias);

11.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

11.4.5. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

11.4.6. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular. 5º

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12.1. O presente edital de credenciamento terá prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação, período durante o qual novos interessados poderão solicitar seu credenciamento.

13. DA REMUNERAÇÃO

13.1. A remuneração pelos serviços prestados será efetuada com base nos valores unitários de cada procedimento, conforme definidos na tabela constante do Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

13.2. A adesão ao presente Credenciamento implica a plena e irrestrita aceitação por parte da



EDITAL CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

entidade credenciada dos valores de remuneração fixados na referida tabela.

13.3. O valor global estimado para esta contratação é de **R\$ 521.617,92 (QUINHENTOS E VINTE E UM MIL SEISCENTOS E DEZESSETE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS)**. Este valor serve apenas como teto orçamentário para o período de vigência, pois o pagamento será realizado estritamente por produção, vinculado à demanda real da população e às autorizações formais emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

13.4. O pagamento será realizado mensalmente, condicionado à execução regular dos serviços, e observará o seguinte procedimento, detalhado no Item 11 do Termo de Referência:

- a) A entidade credenciada deverá apresentar a Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) acompanhada do relatório de serviços prestados e das respectivas Guias de Encaminhamento/Autorizações que comprovam a efetiva realização dos exames atestados pela fiscalização;
- b) A Administração terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal, para proceder à Liquidação da despesa (verificação da conformidade dos documentos e serviços);
- c) Constatado erro na emissão da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação, o prazo ficará suspenso até que a credenciada providencie a regularização;
- d) O pagamento será condicionado à verificação da manutenção da regularidade fiscal e trabalhista da credenciada;
- e) Após a regular liquidação da despesa, o Prazo de Pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis.

13.5. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em conta corrente de titularidade da credenciada, realizadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

14. DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NO PORTAL LICITANET.COM

14.1. O presente credenciamento será realizado em formato eletrônico, por meio do portal de compras Licitanet (www.licitanet.com.br), sendo de responsabilidade do interessado o seu prévio cadastro na plataforma, a correta configuração de seus dados e a observância dos prazos e procedimentos aqui descritos.

14.2. Para participar, o interessado deverá seguir as seguintes etapas, conforme orientações do portal:

- a) Localizar o Processo:** O Edital poderá ser localizado no menu "Processos" > "Processos Publicados". Recomenda-se utilizar os filtros de busca, informando a modalidade "Credenciamento online", o nome do comprador (Município de Simão Dias) ou o número deste Edital.
- b) Obter o Edital e Anexos:** Após localizar o processo, o interessado deverá realizar o download de todos os arquivos pertinentes, clicando na opção correspondente para "Listar Arquivos" e baixar o edital e seus anexos. A leitura integral de todos os documentos é condição obrigatória para a participação.
- c) Cadastrar a Proposta:** Dentro do prazo estipulado para o recebimento de propostas, o



EDITAL CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

interessado deverá clicar na opção "Cadastrar Proposta". O sistema exigirá o aceite de uma declaração de concordância com os termos do Edital.

d) Enviar os Documentos de Habilitação: Todos os documentos de habilitação exigidos neste Edital deverão ser digitalizados e anexados em **arquivo único**, no campo "Docs. Habilitatórios". É de exclusiva responsabilidade do interessado garantir a legibilidade e a integralidade da documentação enviada.

e) Conferir o Envio: Após o cadastro, o interessado poderá conferir as informações e os documentos enviados através do menu "Processos" > "Minhas Propostas".

f) Acompanhar o Trâmite Processual: Todas as comunicações, convocações para saneamento de falhas, avisos, resultados da habilitação e demais atos pertinentes a este credenciamento serão publicados na área específica do processo no portal Licitanet (sala de disputa/mensagens). É de exclusiva responsabilidade do interessado acompanhar ativamente o andamento processual por meio do sistema para não perder prazos e notificações.

14.3. O interessado responsabiliza-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiros os atos praticados por seu representante no sistema.

14.4. Recomenda-se que o envio da proposta e dos documentos não seja realizado próximo ao horário de encerramento do prazo, a fim de evitar eventuais dificuldades técnicas de conexão com a internet ou sobrecarga do sistema.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.simaodias.se.gov.br/portaltransparencia/?servico=cidadao/publicacaolicitacao>.

15.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.6. ANEXO I - Termo de Referência



**EDITAL
CREDENCIAMENTO**

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**

15.7. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

15.8. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Simão Dias (SE), 08 de maio de 2026.

**JOSÉ DOUGLAS ALVES ANDRADE
AGENTE DE CONTRATAÇÃO**



**EDITAL
CREDENCIAMENTO**

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**

**ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO
CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO 00*/2026 - FMS**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS E A XXXXXXXXXXXX, COM FUNDAMENTO NO ART. 79 DA LEI Nº 14.133/2021 E NAS CONDIÇÕES DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO Nº 00*/2026 - FMS.

O MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS, doravante denominado apenas CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público de base territorial autônoma, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, órgão do Poder Executivo Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.634.081/0001-06, com sede na AV. CONSTRUTOR JOÃO ANTONIO DE SANTANA 453 – Centro, CEP 49.480-000, em SIMÃO DIAS – Sergipe, representada neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, o senhor **CLAUDIANO SOARES DE SANTANA**, e a XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no C.N.P.J. sob nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estabelecida à XXXXXXXXXXXXXXXX na cidade de XXXXXXXX, Estado de(a) XXXXXX, doravante designada CONTRATADA, representada neste ato pelo(a) Senhor(a) XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, têm entre si, por justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O contrato, que é decorrente do Edital de Chamamento Público - Credenciamento nº 002/2025 - FMS, tem por objeto a **prestação de serviços de consultas especializadas nas áreas de GINECOLOGISTA, ULTRASSONOGRAFISTA, PSIQUIATRA, PSIQUIATRA INFANTIL, ORTOPEDISTA E CARDIOLOGISTA**, sendo estes destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Simão Dias, Sergipe.

1.2. Os serviços deverão ser prestados em estrita conformidade com as especificações técnicas, as obrigações e os valores unitários que foram definidos na tabela constante do Termo de Referência (Anexo I do Edital), o qual é parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

1.3. A execução do objeto pela CONTRATADA **não ocorrerá por distribuição ou direcionamento de demanda** por parte da CONTRATANTE, mas sim mediante o regime de **livre escolha do usuário do SUS**, caracterizando a seleção a critério de terceiros.

1.4. Este contrato é celebrado em regime de adesão, **não havendo garantia de quantidade mínima, máxima ou fixa de serviços**, tampouco exclusividade, pois a remuneração da CONTRATADA dependerá exclusivamente da demanda que for efetivamente realizada e faturada, que será oriunda da escolha direta dos beneficiários do SUS, previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde.



EDITAL CREDENCIAMENTO

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO INTEGRANTES DO CONTRATO

2.1 - Para todos os efeitos de direito e para melhor caracterização do objeto deste ajuste, como também para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este contrato, como se nele estivessem transcritas, o processo de CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO e seus Anexos que o gerou, além dos documentos e propostas apresentados pela CONTRATADA no referido processo. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.1.1. Termo de Referência que embasou a contratação;
- 2.1.2. Autorização da Contratação Direta;
- 2.1.3. Proposta da Contratada;
- 2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência do presente contrato é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do presente termo, na forma do art. 105, da Lei 14.133/2021.

2.2. O presente contrato poderá ser renovado nos termos do Art. 107 da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 92, IV, VII, XVIII)

4.1. A execução do objeto pela CONTRATADA **não se dará** em regime de demanda compartilhada ou distribuição direcionada pela CONTRATANTE. O modelo de execução deste credenciamento é o da **livre escolha do usuário** (seleção a critério de terceiros), conforme fundamentado no Termo de Referência (Anexo I).

4.2. A sistemática de execução e distribuição da demanda ocorrerá da seguinte forma:

- a) A CONTRATANTE (Secretaria Municipal de Saúde) emitirá a Guia de Encaminhamento ou Autorização de procedimento ao paciente.
- b) A CONTRATANTE fornecerá ao paciente a relação atualizada de todos os prestadores credenciados e aptos, permitindo que o usuário **escolha livremente** em qual estabelecimento deseja realizar o serviço.
- c) A CONTRATADA, ao ser escolhida pelo usuário, deverá realizar o agendamento e a prestação do serviço, observando rigorosamente os prazos máximos definidos no Termo de Referência (ex: 7 dias úteis para exames de rotina e 3 dias úteis para urgências).

4.3. A CONTRATADA declara ter ciência e concordar que o ingresso de novas entidades credenciadas no âmbito deste Chamamento Público não alterará as condições deste contrato, apenas ampliará o rol de opções do usuário. A remuneração da CONTRATADA **dependerá exclusivamente do volume de serviços que ela efetivamente prestar** mediante a livre escolha dos beneficiários, não havendo garantia de faturamento mínimo, máximo ou fixo.

4.4. A execução dos **serviços de consultas especializadas** será realizada em estrita



EDITAL CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

conformidade com o Termo de Referência, devendo a CONTRATADA observar rigorosamente as diretrizes operacionais, como a **manutenção de estrutura operacional (consultório/clínica)** que seja adequada no perímetro urbano de Simão Dias, os horários de funcionamento definidos e as normas técnicas e sanitárias vigentes.

4.5. A gestão do contrato será conduzida pela Secretaria Municipal de Saúde, que designará gestor e fiscal do contrato para acompanhar a execução dos serviços, com as seguintes responsabilidades:

- a) **Acompanhamento e Fiscalização:** O gestor/fiscal do contrato deverá acompanhar continuamente a execução dos serviços, verificando o cumprimento dos prazos, a qualidade dos laudos e procedimentos, a regularidade das atividades e o atendimento às obrigações previstas no contrato e no Termo de Referência.
- b) **Relatórios Periódicos/Medição:** A CONTRATADA deverá fornecer relatórios mensais, juntamente com a Nota Fiscal, contendo as **informações detalhadas sobre os exames e procedimentos realizados, acompanhados das respectivas Guias de Autorização** atestadas, que servirão como base para a medição e o pagamento.
- c) **Visitas Técnicas:** O gestor/fiscal do contrato poderá realizar **vistorias e visitas técnicas** às instalações da CONTRATADA (clínica, laboratório ou posto de coleta), para verificar *in loco* a conformidade dos serviços, a estrutura física e o cumprimento das **normas sanitárias e de gerenciamento de resíduos (PGRSS)**.
- d) **Reuniões de Acompanhamento:** Serão realizadas reuniões periódicas entre o gestor do contrato e a CONTRATADA para discutir o andamento dos serviços, eventuais problemas e soluções, assim como propor melhorias na execução.
- e) **Comunicação de Irregularidades:** Qualquer irregularidade ou descumprimento das obrigações contratuais identificados pelo gestor do contrato deverá ser imediatamente comunicado à CONTRATADA para que adote as medidas corretivas necessárias.

4.6. O gestor do contrato terá a prerrogativa de requisitar, a qualquer tempo, documentos, laudos, relatórios ou informações adicionais que sejam necessários para a gestão e fiscalização dos serviços.

4.7. O modelo de execução e gestão contratual visa garantir que os serviços sejam prestados de forma contínua, eficiente e em conformidade com as **boas práticas de saúde e as normas da Vigilância Sanitária**, contribuindo para a resolutividade diagnóstica e a melhoria da qualidade de vida no município de Simão Dias.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Pela prestação dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores correspondentes a cada procedimento efetivamente realizado, tendo como base os **preços unitários** definidos na **tabela de procedimentos e exames** constante do Termo de Referência (Anexo I do Edital), o qual é parte integrante deste contrato.



EDITAL CREDENCIAMENTO

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**

6.2. A adesão ao Credenciamento e a assinatura deste contrato implicam a **aceitação plena e irrestrita** da CONTRATADA aos valores unitários estabelecidos na referida tabela.

6.3. O valor total deste contrato é **estimado** em **R\$ 521.617,92 (QUINHENTOS E VINTE E UM MIL SEISCENTOS E DEZESSETE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS)**. Este valor representa o **teto orçamentário global** previsto para a totalidade dos credenciados durante a vigência do Edital.

6.4. A CONTRATADA será remunerada **exclusivamente por produção**, conforme a demanda efetivamente executada e oriunda da livre escolha dos usuários, não havendo qualquer garantia de faturamento mínimo, pagamento de valor fixo mensal, nem direito a faturamento com base no valor global estimado.

6.5. O pagamento será efetuado **mensalmente**, até o 30º (trigésimo) dia após a regular liquidação da despesa, mediante o seguinte fluxo:

- 6.5.1. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) à Secretaria Municipal de Saúde, acompanhada de **relatório mensal detalhado** que correlacione todas as **Guias de Encaminhamento/Autorizações** recebidas aos laudos e exames efetivamente realizados no período.
- 6.5.2. O fiscal do contrato realizará a conferência e o ateste dos serviços (medição), verificando a conformidade entre as guias autorizadas, os serviços prestados e os valores da tabela do TR.
- 6.5.3. A liquidação da despesa ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal devidamente instruída, conforme Item 11 do Termo de Referência.

6.6. Como condição para o pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar e manter, durante toda a execução, a **regularidade fiscal, social e trabalhista**, o que será verificado pela CONTRATANTE a cada liquidação de despesa, mediante consulta aos sítios oficiais ou solicitação das certidões.

6.7. Em caso de constatação de irregularidade fiscal ou trabalhista, o pagamento será retido até que a CONTRATADA regularize a situação, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária, aplicando-se o disposto no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

6.8. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, cujos dados deverão ser formalmente indicados, e serão realizadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte,



EDITAL CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial do **Município de Simão Dias** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. **Implantar e manter**, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, **estrutura operacional própria ou vinculada** (clínica ou consultório), no **perímetro urbano do Município de SIMÃO DIAS/SE**, que seja adequada para o atendimento dos usuários nas áreas credenciadas, em conformidade com as normas sanitárias e de acessibilidade.

8.1.2. Assegurar **horário de funcionamento** para a realização dos exames que abranja, no mínimo, o período entre **6h e 17h, de segunda a sexta-feira**, salvo feriados.

8.1.3. **Priorizar o atendimento** dos usuários do SUS de SIMÃO DIAS/SE, garantindo a execução dos exames autorizados dentro dos **prazos máximos** estabelecidos no Termo de Referência (ex: 7 dias úteis para procedimentos de rotina e 3 dias úteis para urgências).

8.1.4. **Realizar as consultas e procedimentos** de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência e as normas dos respectivos conselhos de classe, respeitando os protocolos clínicos e garantindo a emissão de **relatórios técnicos ou laudos de evolução, precisos, legíveis** e devidamente assinados por profissional habilitado.

8.1.5. **Providenciar, às suas expensas, a repetição** de exames ou a substituição de procedimentos cujos resultados sejam considerados inconclusivos, defeituosos ou incompatíveis com os padrões de qualidade exigidos.

8.1.6. Assegurar a alocação de **profissionais de saúde devidamente habilitados** (registrados nos respectivos conselhos de classe) e disponibilizar toda a infraestrutura, **equipamentos** (regularmente calibrados) e **insumos** (reagentes, contrastes, etc.) devidamente regularizados pela Anvisa, necessários à execução.

8.1.7. Cumprir integralmente as normas de **biossegurança**, controle de infecção e **gestão de**



EDITAL CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

resíduos de serviços de saúde (PGRSS), bem como oferecer atendimento respeitoso, cordial e acessível aos usuários (atendimento humanizado).

8.1.8. **Guardar sigilo absoluto** sobre todas as informações e dados dos pacientes obtidos em decorrência da execução do contrato, em estrita conformidade com a Legislação de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e demais normas éticas de saúde.

8.1.9. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.

8.1.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante.

8.1.11. Não contratar ou estabelecer vínculo de qualquer forma, durante a vigência do contrato com, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato.

8.1.12. Quando não for possível a verificação da regularidade nos sistemas on-line disponíveis, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização, na periodicidade definida, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, social e trabalhista (INSS, FGTS, CNDT, etc.).

8.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no Credenciamento.

8.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

8.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de Garantia da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar



EDITAL CREDENCIAMENTO

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**

declaração falsa durante a CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO eletrônica ou execução do contrato;

- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O presente contrato poderá ser extinto pelas seguintes razões:

11.1.1. Por Conclusão do Objeto: O contrato será considerado extinto quando o objeto contratual for totalmente cumprido, com a devida comprovação da execução dos serviços e a aprovação final pela Administração Pública.

11.1.2. Por Rescisão Unilateral pela Administração: A Administração Pública poderá rescindir unilateralmente o contrato, nas seguintes situações:

- a) Inexecução total ou parcial do objeto contratual.
- b) Falta de cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
- c) Atraso injustificado na execução do contrato.
- d) Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.
- e) Comprovação de irregularidade fiscal ou trabalhista não sanada no prazo estipulado.
- f) Razões de interesse público, devidamente justificadas e formalizadas.
- g) Descumprimento das obrigações legais ou regulamentares por parte da contratada.

11.1.3. Por Rescisão Unilateral pela Contratada: A contratada poderá rescindir unilateralmente o contrato, mediante aviso prévio à Administração, nas seguintes situações:

- a) Atraso superior a 90 (noventa) dias nos pagamentos devidos pela Administração, sem justificativa.
- b) Descumprimento de obrigações contratuais por parte da Administração que inviabilizem a continuidade da prestação dos serviços.
- c) Caso fortuito ou força maior, que impeça a continuidade do contrato, desde que devidamente comprovado.

11.1.4. Por Mútuo Acordo: O contrato poderá ser extinto por acordo entre as partes, desde que não haja prejuízo para a Administração ou para a coletividade, mediante formalização de termo aditivo ou distrato.

11.1.5. Por Decisão Judicial: O contrato será considerado extinto em caso de decisão judicial que determine sua anulação ou rescisão.

11.1.6. Por Falência ou Dissolução da Contratada: O contrato será extinto automaticamente em caso de falência ou dissolução da cooperativa contratada.



**EDITAL
CREDENCIAMENTO**

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**

11.2. Em qualquer caso de extinção do contrato, será garantido o contraditório e a ampla defesa à parte interessada, conforme previsto na legislação vigente.

11.3. Extinto o contrato, a contratada deverá promover a entrega de todos os bens, documentos, e demais elementos necessários à continuidade dos serviços pela Administração ou por outro contratado, conforme o caso, sendo vedada qualquer interrupção abrupta dos serviços essenciais.

11.4. Havendo rescisão unilateral por parte da Administração, a contratada fará jus ao pagamento dos serviços efetivamente prestados até a data da rescisão, descontadas as penalidades aplicáveis e eventuais custos adicionais decorrentes da inexecução contratual.

11.6. As partes poderão, de comum acordo, definir as condições para a rescisão amigável do contrato, observando-se sempre o interesse público e as disposições legais aplicáveis

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. Os encargos decorrentes da execução dos serviços objeto deste Contrato serão pagos com recursos próprios do Município, tendo como fonte de receita o orçamento do exercício de 2026/2027, consignados em dotação orçamentária própria:

UNIDADE	ATIVIDADE	ELEMENTO	FONTE
3001	2022 2023 2073	33903900	15001002 16000000 16593110 16593120 16593130 16593210

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos

CLÁUSULA DÉCIMA-QUATORZE – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações que modifiquem as cláusulas ou condições essenciais deste contrato reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, mediante a celebração de Termo Aditivo.



**EDITAL
CREDENCIAMENTO**

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no **valor global** do credenciamento, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Não se caracteriza como alteração contratual o ajuste nos quantitativos de serviço atribuídos à CONTRATADA em decorrência do ingresso de novas entidades no Credenciamento, por se tratar de aplicação da regra de distribuição dinâmica da demanda, previamente estabelecida no Edital e neste instrumento.

14.4. As variações no quantitativo individual da CONTRATADA, decorrentes da aplicação da regra citada no item anterior, serão formalizadas por **simples apostila**, para fins de registro e controle, em conformidade com o art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021, dispensando-se a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – FORO

16.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Simão Dias Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E por estarem assim justas e acordadas, declaram aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentos sobre o assunto.

Simão Dias (SE), XX de XXXXXXXXX de 2026.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS
CLAUDIANO SOARES DE SANTANA
GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA